

Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de universitários

Patrick Leonardo Nogueira da Silva ¹, Sibelle Gonçalves de Almeida ², Aurelina Gomes e Martins ³, Mônica Antar Gamba ⁴, Elaine Cristina Santos Alves ⁵, Renê Ferreira da Silva Junior ⁶

Resumo

Objetivou-se analisar as práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação profissional de estudantes universitários. Trata-se de estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, que incluiu oito estudantes universitários de uma instituição pública. Utilizou-se entrevista semiestruturada, e os depoimentos foram gravados e transcritos na íntegra. O tratamento dos dados se deu por meio da análise de conteúdo. A maioria dos acadêmicos afirmou não ter estudado violência nos cursos de graduação. Por permitirem o desenvolvimento de habilidades para lidar com mulheres violentadas, as práticas educativas do projeto de extensão são significativas para seu aprendizado, contribuindo para a formação acadêmica e profissional, apesar das dificuldades vivenciadas no decorrer dessas atividades. Depreende-se, então, que se deve capacitar acadêmicos e profissionais de forma multidisciplinar para atuar no atendimento a vítimas de violência na comunidade. **Palavras-chave:** Saúde da mulher. Violência contra a mulher. Educação superior. Educação em saúde. Promoção da saúde.

Resumen

Prácticas educativas sobre la violencia contra la mujer en la formación de universitarios

El objetivo fue analizar las prácticas educativas sobre violencia contra la mujer en la formación profesional de universitarios. Se trata de un estudio descriptivo, exploratorio, con abordaje cualitativo, que incluyó ocho estudiantes universitarios de una institución pública. Se utilizó una entrevista semi-estructurada, siendo los testimonios grabados y transcritos de manera completa. Los datos fueron analizados por medio del Análisis de Contenido. La mayoría de los académicos manifestó no haber estudiado violencia durante la carrera. Puesto que permitieron el desarrollo de habilidades para tratar con mujeres violentadas, las prácticas educativas del proyecto de extensión fueron significativas para su aprendizaje, contribuyendo a la formación académica y profesional, a pesar de las dificultades vivenciadas durante el transcurso de estas actividades. Por lo tanto, se debe capacitar a académicos y profesionales de una forma multidisciplinaria para trabajar en la atención a víctimas de violencia en la comunidad.

Palabras clave: Salud de la mujer. Violencia contra la mujer. Educación superior. Educación en salud. Promoción de la salud.

Abstract

Educational practices in the training of university students regarding violence against women

This study aims to analyze the educational practices in the professional training of university students regarding violence against women. This descriptive, exploratory study utilized a qualitative approach, addressing eight university students from a public institution. The study used a semi-structured interview, and the statements were recorded and transcribed in full. Data analysis was conducted through content analysis. It was observed that most students said they had not studied violence in undergraduate programs. By enabling the development of skills to deal with abused women, the educational practices of the extension project are significant to the learning process, contributing to academic and professional development, despite the difficulties encountered during these activities. Therefore, it is concluded that academics and professionals should be trained in a multidisciplinary way to work within the community in the care of victims of violence.

Keywords: Women's health. Violence against women. Education, higher. Health education. Health promotion.

Aprovação CEP/Unimontes 354.852

1. **Especialista** patrick_moces70@hotmail.com – Faculdade de Guanambi (FG), Guanambi/BA 2. **Graduada** almeidasilbelle@yahoo.com.br – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros/MG 3. **Mestre** aurelina2007@yahoo.com.br – Unimontes, Montes Claros/MG 4. **Doutora** antar.gamba@unifesp.br – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo/SP 5. **Doutoranda** elainecristinaenf@gmail.com – Unimontes, Montes Claros/MG 6. **Especialista** renejunior_deny@hotmail.com – Hospital Universitário Clemente de Faria (HUCF), Montes Claros/MG, Brasil.

Correspondência

Patrick Leonardo Nogueira da Silva – Avenida Dr. Sidney Chaves, 1.171, apt. 102, Bloco H CEP 39400-648. Montes Claros/MG, Brasil.

Declararam não haver conflito de interesse.

Nos tempos atuais, em decorrência do crescente agravamento e da considerável potencialidade destrutiva, a violência tem recebido atenção cada vez maior nos meios acadêmicos. Diferentes disciplinas de diversas instituições universitárias têm desenvolvido projetos de pesquisa e de intervenção com foco em violência¹, considerada um fenômeno social complexo, multicausal e histórico que afeta indivíduos, famílias, comunidades e a sociedade como um todo, e cuja superação necessitará do envolvimento de diferentes segmentos sociais, exigindo vários olhares e diferentes modalidades de intervenção².

No mundo contemporâneo, a violência contra a mulher é questão de saúde pública, por seu impacto nos âmbitos biológico, social e psicológico. Por ser conjuntural e amplamente disseminada por toda a sociedade, o combate à violência contra mulheres requer acesso a tipo complexo de atenção e de serviços de saúde, exigindo, assim, tratamento da questão sob enfoques que extrapolam recursos tradicionalmente empregados pela área da saúde³.

Por isso, é essencial o envolvimento de instituições públicas, acadêmicas e organizações da sociedade civil na implementação de políticas públicas, programas, projetos e ações de prevenção, voltados à extensão universitária, que busquem enfrentar as causas e interferir nos fatores que estimulam e favorecem a ocorrência de violência⁴. A extensão universitária envolve processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Envolve também prática acadêmica, inerente ao ensino e pesquisa, como referido na Constituição de 1988⁵, com o objetivo de fomentar e garantir *valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social*⁶.

A extensão universitária, especialmente nas instituições públicas, pode ser tomada como forma de retribuir à sociedade o privilégio do ensino superior, que somente é alcançado por reduzida parcela da população. Nesse sentido, a extensão universitária viabiliza a integração entre os saberes de discentes, docentes e sociedade, permitindo a produção de novos conhecimentos de caráter emancipatório, alicerçados nos saberes científico e popular⁷, e a formação de profissionais aptos a atuar na promoção da saúde⁸. Diante dessas questões, levantou-se então o seguinte questionamento: qual é o significado das práticas educativas sobre

violência contra a mulher na formação profissional de estudantes universitários? Essa questão induziu ao objetivo de analisar o significado dessas práticas educativas no âmbito da educação superior.

Método

Trata-se de estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, realizado na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Foi composto, inicialmente, por 14 participantes, bolsistas do projeto de pesquisa “Diagnóstico e análise da violência contra a mulher no município de Montes Claros/MG: pesquisa-ação” e acadêmicos dos cursos de graduação em enfermagem, medicina, odontologia e serviço social da Unimontes.

O projeto teve duas fases: a primeira (etapa exploratória) compreendeu a pesquisa documental em órgãos oficiais de registros de crimes contra a mulher, com identificação de incidência, prevalência e principais áreas de risco nos anos de 2010-2011; na segunda fase, de operacionalização do projeto, realizaram-se oficinas com mulheres para a promoção de saúde-cidadania, compreendendo, também, a elaboração de material educativo – fôlderes, cartilhas e cartazes – abordando formas de promoção e proteção à saúde e à vida, instituindo a cultura da paz e, por fim, divulgando os resultados no meio científico.

O projeto político-pedagógico do curso de graduação em enfermagem da Unimontes é direcionado aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), da ética, da cidadania, do processo saúde-doença e do cuidado, pautando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁹ e na Resolução CNE/CES 3/2001¹⁰, que institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem.

O curso é desenvolvido em oito períodos e a estrutura curricular informa que na disciplina Atenção Integral à Mulher, no quarto período, são discutidas a violência e a discriminação contra mulheres. O projeto preconiza a formação de enfermeiros generalistas, com competência para desenvolver atividades de cuidado nas diversas áreas de atuação, sendo capazes de identificar e intervir sobre situações de saúde-doença, promovendo saúde de forma integral ao indivíduo, isto é, que contempla todas as etapas de seu ciclo de vida¹¹.

O curso de medicina se caracteriza pela formação humanística, voltada ao desenvolvimento do comprometimento ético e da competência técnica, científica e pessoal, buscando formar profissionais

que possam criar soluções para os problemas de saúde prevalentes no país. O método utilizado é a aprendizagem baseada em problemas (PBL, da sigla em inglês). A graduação demanda seis anos, com regime integral, sendo oferecidas 28 vagas semestralmente¹².

O objetivo da graduação em odontologia é formar profissionais capazes de observar, colher e interpretar dados, formulando o diagnóstico das doenças bucomaxilofaciais, de forma a valorizar a realidade nacional e a promoção de saúde. O curso é constituído em dez períodos, com aulas em turno integral e regime de matrícula semestral, para o qual são oferecidas 24 vagas. A estrutura curricular não oferece nenhuma disciplina que aborde violência contra a mulher¹².

O curso de graduação em serviço social visa formar profissionais capazes de trabalhar com questões sociais em suas diferentes formas de expressão, propondo postura crítica diante da realidade a ser trabalhada. A estrutura curricular do curso não apresenta disciplina específica sobre violência contra a mulher, mas permite inferir que o tema é abordado¹².

O levantamento das informações em todos os cursos levou em consideração a saturação dos dados. Sendo assim, dos catorze acadêmicos bolsistas, apenas oito participaram deste estudo. A pesquisadora não foi incluída como participante, visando garantir impessoalidade de resultados.

Para a coleta dos dados, o estudo utilizou dois instrumentos. Para analisar o perfil dos sujeitos, utilizou-se questionário que permitiu acesso aos seguintes dados: identificação, idade, sexo, cor, curso e período da graduação. O segundo foi instrumento semiestruturado com as seguintes questões norteadoras: 1) “Qual é o significado das práticas educativas sobre violência contra a mulher para sua formação profissional?”; 2) “Qual é sua percepção sobre as estratégias ou técnicas utilizadas para o desenvolvimento das oficinas educativas?”; 3) “Quais são as maiores dificuldades encontradas por você na realização das oficinas educativas?”; e 4) “Qual é a contribuição das oficinas educativas para sua formação?”.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais gravadas em *smartphone*, em locais convenientes e previamente acordados com os sujeitos, em datas e horários também convenientes. Os depoimentos tiveram duração média de 30 minutos e foram coletados entre os meses de setembro e novembro de 2013. Após a coleta,

as entrevistas foram transcritas na íntegra, captando a comunicação verbal e não verbal para posterior análise.

O método utilizado para análise dos dados foi análise de conteúdo¹³, definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que usa procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens em três etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O *corpus* foi constituído por oito entrevistas, tendo sido definida como unidade de registro a frase e, como unidade de contexto, o parágrafo.

A participação dos acadêmicos se deu mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Antes de iniciar a coleta dos dados, informaram-se aos participantes a justificativa e os objetivos da pesquisa, bem como o direito de não participar ou desistir a qualquer momento, sem que isso significasse qualquer prejuízo ao entrevistado. Garantiram-se a privacidade e o anonimato das informações coletadas, assegurados pela substituição dos nomes dos entrevistados pela letra “E” seguida da inicial do curso matriculado e da ordem das entrevistas (EE2, EE5, EE6, EE8, EM1, EM4, EO3 e ES7).

Todos os entrevistados incluídos no estudo eram do sexo feminino, tendo em vista que somente mulheres foram classificadas no processo seletivo para a bolsa de pesquisa e a predominância do gênero nos cursos de graduação frequentados pelos participantes. Adotaram-se os seguintes critérios de inclusão para participação no estudo: ser bolsista do projeto de pesquisa “Diagnóstico e análise da violência contra a mulher no município de Montes Claros/MG: pesquisa-ação” e comparecer à entrevista no dia e hora previamente agendados.

Foram acatados os preceitos éticos da Resolução 466/2012¹⁴ do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos.

Resultados e discussão

A problemática da violência contra a mulher é considerada atualmente importante questão de saúde pública, tendo em vista que afeta não somente a pessoa que sofre violência, mas também a sociedade. O fenômeno independe do nível socioeconômico, cultural e de escolaridade, pois todas as pessoas se encontram suscetíveis a sofrer violência¹⁵. Determinantes, como a invisibilidade da violência, insensibilidade, falta de capacitação dos

profissionais de saúde, a tendência à medicalização dos casos e a pouca articulação entre os diferentes setores da sociedade, tornam o problema ainda mais complexo e de difícil intervenção¹⁶.

Perfil das entrevistadas

Todas as oito entrevistadas são do sexo feminino. Três delas (37,5%) têm 25 anos de idade, quatro (50,0%) declaram-se pardas, e três (37,5%) estavam cursando o oitavo período de enfermagem, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Perfil epidemiológico dos entrevistados. Montes Claros/MG, 2013

Variável	n = 8	%
Idade		
20 anos	1	12,5
21 anos	1	12,5
23 anos	2	25,0
25 anos	3	37,5
27 anos	1	12,5
Cor		
Branco(a)	3	37,5
Negro(a)	1	12,5
Pardo(a)	4	50,0
Curso/Período		
Enfermagem/6º	1	12,5
Enfermagem/8º	3	37,5
Medicina/9º	1	12,5
Medicina/10º	1	12,5
Odontologia/7º	1	12,5
Serviço Social/7º	1	12,5
Sexo		
Feminino	8	100
Masculino	–	–

Percepção das práticas educativas sobre violência contra a mulher

A promoção à saúde é constantemente alvo de discussões que buscam melhor entender e aplicar esse conceito. Assim, na *1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde*, realizada em Ottawa, Canadá, em 1986, definiu-se promoção da saúde como o *processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo*¹⁷. O pensamento da promoção à saúde aliado a práticas educativas está associado ao enfretamento de iniquidades sociais históricas, a fim de promover a saúde com vistas à organização popular e do trabalho político, o que possibilitaria a conquista de direitos sociais¹⁸. Acerca das práticas

educativas sobre violência contra a mulher, observaram-se nos discursos proferidos pelas estudantes entrevistadas neste estudo as afirmações a seguir:

“É muito bom” (EE2);

“Foi mais conhecimento” (EO3);

“É bom pros dois lados” (EM4);

“Foi muito importante” (EE5, EE6 e EE8);

“Significou muito” (ES7).

A educação em saúde constitui prática social que abrange processos capazes de desenvolver reflexão e consciência crítica dos envolvidos. Essa prática educativa deve ter como base um processo de comunicação pautada no diálogo, por meio do qual se trabalha com a pessoa, e não mais para a pessoa. Esse diálogo infere que todos possuem potencial para ser protagonista de sua própria história, que estão motivados para se organizar e possuem perspectiva de mudanças¹⁹. As atividades de extensão constituem aporte decisivo na formação do estudante universitário, uma vez que ampliam o universo de referência no qual se insere e possibilitam contato com grandes questões contemporâneas e com a realidade vivenciada pelo aluno, o que enriquece a experiência discente em termos metodológicos e teóricos; ao mesmo tempo, reafirma o compromisso ético e solidário da universidade pública com a sociedade⁶.

A violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos, sendo necessário empenho de toda a sociedade para erradicar as causas e eliminar as consequências dessa violação. Nesse aspecto, ressalta-se o papel das universidades de desenvolver projetos de pesquisa e extensão que deem visibilidade pública a essas questões. Esses projetos irão colaborar para que universidades estejam de fato cumprindo sua função: interagir com a sociedade civil de forma a transformá-la²⁰.

As ações de extensão alcançam melhor resultado se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa). Em relação ao ensino e à extensão, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica, conferindo-lhe primazia no processo de obter as competências necessárias a sua atuação profissional, bem como os pré-requisitos para a formação cidadã, que lhe permitirão reconhecer-se como agente de direitos e deveres, capaz de atuar para a transformação social rumo à equidade e ao reconhecimento pleno da

dignidade humana⁶. Essa afirmação, no âmbito desse estudo, pode ser percebida nas seguintes falas:

“Essas práticas, elas vêm também prevenir a violência contra a mulher” (EE5);

“A gente adquire experiência para lidar com essas situações se elas forem vivenciadas no nosso dia a dia” (EM1).

Em relação a outro programa de extensão – o Univali Mulher, desenvolvido na Universidade do Vale do Itajaí em Santa Catarina, também com o objetivo de estimular a prevenção de violência contra mulheres –, estudiosos afirmam que a convivência de professores e alunos da graduação e pós-graduação demonstra que cada participante tem parcela de contribuição ao processo e que todo o grupo sai fortalecido pelas relações que se formam, pois privilegiam o respeito pelo saber do outro na construção de um saber multidisciplinar²¹. Sobre o desenvolvimento de práticas educativas, os entrevistados neste estudo também consideram importante a interlocução entre diferentes áreas na abordagem de um problema em comum:

“Nos prepara para fazer uma abordagem multiprofissional e mais direcionada pra esse problema” (EM1);

“Foi muito interessante (...) conviver com pessoas de outras áreas” (ES7).

Formação acadêmica e violência contra a mulher

Dado o que foi até aqui discutido, torna-se essencial que a violência seja objeto de estudo em muitas interfaces científicas e objeto de discussão permanente por parte da sociedade para que se definam programas e políticas públicas adequadas e eficazes para seu enfrentamento, assim como para a elaboração de propostas e estratégias de ensino voltadas para as diversas expressões concretas da violência em seus diferentes contextos²². Estudo realizado em maternidade filantrópica de Ribeirão Preto traz relato de profissionais de saúde que admitem não ter sido adequadamente orientados durante a graduação sobre como lidar com situação de violência contra a mulher²³. Afirmaram que, quando o tema era discutido, a abordagem era pontual e fragmentada. Observaram ainda que os currículos dos cursos de graduação não trazem informação sobre o período em que o tema será tratado ou a forma como o estudo será realizado.

Resultados semelhantes puderam ser observados em nosso estudo, conforme relatos dos sujeitos:

“É considerado um problema de saúde pública” (EM1);

“Não é muito trabalhada dentro da academia a violência contra a mulher” (EM1);

“Esse conhecimento no meu curso a gente não tem” (EO3);

“Durante a graduação, né, em momento algum foi trabalhada essa questão da violência contra a mulher” (EE5);

“Não é uma coisa que vem na nossa grade curricular” (EE6).

O estudo “O tema violência intrafamiliar na concepção dos formadores dos profissionais de saúde”, realizado em 2009 no Brasil²⁴, aponta que é necessário suprir a lacuna existente na formação docente e que os educadores devem utilizar metodologias inovadoras para incentivar estudantes e permitir que desenvolvam consciência crítica sobre temas que afetam a vida e a saúde da população, além de estimulá-los a reconhecer seu importante papel como membros de uma sociedade que se posiciona contra a violência.

Outro estudo sobre o tema, em hospital de Angola, aborda as práticas desenvolvidas pela equipe de saúde e indica que, segundo os profissionais ouvidos, casos de violência não são muito comuns no serviço. De acordo com o autor, é possível que a afirmação decorra da falta de capacitação dos profissionais na identificação e na abordagem de casos de violência²⁵. Perguntas como “você já foi agredida em casa por alguém da família?” ou “já sentiu ou sente medo de alguém?” podem dar abertura para que a mulher fale sobre situações de violência sofridas. Essa abordagem deve ser cuidadosa, de forma a possibilitar a interação profissional-vítima e posterior ajuda²⁶.

Rosa e colaboradores²² realizaram pesquisa com estudantes do último ano dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina, demonstrando que existe grande dificuldade por parte dos profissionais de saúde para identificar casos de violência e que isso se deve à falta de sensibilidade e escuta durante os atendimentos. Os resultados sugeriram ainda que, normalmente, após a formatura, os profissionais continuam reproduzindo condutas que criticavam enquanto estudantes, mesmo

sabendo que não são as esperadas daqueles que lidam com a saúde. Isso evidencia que os estudantes não estão sendo devidamente sensibilizados e capacitados para o enfrentamento do problema.

Em relação a esse aspecto da formação acadêmica, os entrevistados nesta pesquisa demonstram a mesma dificuldade, relatando que não se sentem capazes de identificar vítimas de violência ou o tipo de violência sofrida:

“Eu diria que hoje tenho mais conhecimento do que antes de ter participado disso, o que pode estar mais fácil pra mim” (EE2);

“Eu não seria, se eu não tivesse participado desse grupo” (EO3);

“Não seria. Só se em algum momento pra frente acontecesse isso no meu trabalho e eu fosse buscar a Lei Maria da Penha” (EM4).

Dificuldades no desenvolvimento das oficinas

Pesquisa desenvolvida com quarenta estudantes do curso de graduação em enfermagem de uma instituição privada do Rio Grande do Sul, que desenvolveram atividades práticas em um hospital público da região, aponta que as práticas educativas permitiram aos acadêmicos desenvolver, de forma autônoma, seu saber-fazer transformador e sua capacidade de cooperar para a promoção de educação em saúde, apesar das dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento dessas práticas²⁷. Da mesma forma, percebeu-se, neste estudo, que as práticas educativas ou oficinas foram desafiadoras para os entrevistados, que depararam com algumas dificuldades:

“Acho que a dificuldade maior é a questão de adesão” (EE2);

“Então, a dificuldade que eu vi foi da adesão das mulheres” (EO3);

“Às vezes a não adesão de algumas mulheres foi um fator assim de dificuldade” (EE5);

“Nós encontramos muita dificuldade em relação à adesão das mulheres” (ES7);

“A principal dificuldade encontrada a meu ver foi o horário, em questão de conciliar o horário da faculdade com os horários do grupo” (EE8);

“Outra dificuldade que foi um agravante foi a correria da própria graduação” (EE5).

Este estudo promoveu oficinas educativas em mais de uma comunidade, e pôde-se observar em uma delas dificuldade em realizar as atividades, dada a incongruência entre a estrutura local e o número de mulheres que buscavam aderir. Isso pode ser notado nas falas dos entrevistados, que apontam como grandes dificuldades o *“número de participantes, que às vezes lá no Castelo Branco era muito”* (EM4) e *“a infraestrutura, porque muitas vezes o local que o PSF oferece não propicia esse ambiente mais acolhedor”* (EM1). Esses achados são corroborados por estudo que teve como base o desenvolvimento de projeto de extensão²¹, cujos autores colocam que uma das principais dificuldades para a realização das oficinas relaciona-se à estrutura física do local das atividades, o que gerou necessidade de adaptação durante o desenvolvimento do projeto.

Contribuição das oficinas educativas para a formação

A concepção da violência como fenômeno complexo, historicamente construído, multicausal e interdisciplinar aponta para o desafio de articular recursos entre diferentes áreas e a comunidade. As múltiplas determinações do fenômeno da violência exigem intervenções em todas as esferas envolvidas, para se abranger toda a complexidade do problema²⁸. Levando-se em consideração que a violência sofrida pelas mulheres deixa sequelas não apenas físicas, mas também psicológicas e sociais, é necessário oferecer às vítimas atendimento de boa qualidade, que deve ser desenvolvido por equipe multiprofissional de forma a contemplar todos os aspectos da vida²⁹. Vieira e colaboradores³⁰ colocam a necessidade de compreender a violência além de seu aspecto biológico, considerando que profissionais não devem intervir apenas nas queixas físicas, mas também na promoção e na prevenção da saúde.

Colomé³¹ chama atenção para a responsabilidade das universidades e dos centros formadores na preparação de profissionais das diversas áreas da saúde comprometidos com questões sociais, como o fortalecimento do SUS, e no desenvolvimento de projetos educativos, de forma a preparar os estudantes para enfrentar os problemas vivenciados pela sociedade. Em relação a esse aspecto, a extensão universitária é fundamental para a formação acadêmica e, associada a ensino e pesquisa, permite o diálogo entre universidade e sociedade.

A participação em programas de extensão universitária pode se dar por meio de atos públicos, palestras, cursos e planejamento e execução de

programas e projetos que atendam às necessidades identificadas. Em relação à violência contra mulheres, a universidade possui papel importante na identificação das causas da violência interpessoal, no planejamento de políticas públicas e programas direcionados a sua prevenção e atendimento às vítimas, além de permitir maior visibilidade pública ao tema, colaborando para que vítimas se expressem sobre o assunto²⁰.

Estudo de Guedes, Silva e Fonseca³², realizado com vítimas de violência, revela que mulheres conotam como violência agravos de ordem física e emocional, que produzem graves repercussões na saúde mental. Entre manifestações que afetam a saúde mental, podem-se citar desordens de estresse pós-traumático, alimentares, de múltiplas personalidades, além de medo, fadiga, depressão, ansiedade, disfunção sexual e distúrbios do sono. De acordo com as entrevistadas neste estudo, as práticas educativas sobre violência contra a mulher permitiram desenvolver maior sensibilidade para a detecção de sinais que indicam violência:

“Muitas vezes, a mulher vem procurar o serviço de saúde, né, queixando, sei lá, de uma dor” (EE5);

“Pode ser, tipo, uma doença que pode aparecer na mulher” (EE6);

“A violência contra a mulher também é causa de outras doenças somáticas ou psicossomáticas” (EM1).

Grupo de 15 acadêmicos de graduação em universidade pública de São Paulo realizou oficinas educativas sobre violência doméstica³³. Durante o desenvolvimento da atividade, os estudantes relataram ter aprendido muito uns com os outros e a dar mais valor aos detalhes, destacando a importância da interação entre profissionais, sendo esse um facilitador e difusor do conhecimento que favoreceu posicionamento mais adequado nos atendimentos. As oficinas revelaram as habilidades e competências adquiridas pelos acadêmicos, que desenvolveram satisfatoriamente suas ações.

Em nosso estudo, estudantes relatam que desenvolveram olhar mais abrangente e humanizado, reconhecendo a necessidade de ações preventivas contra a violência intrafamiliar, conclusão corroborada por outro estudo³³ e evidenciada pela seguinte fala de entrevistado: *“Foi interessante (...) a questão de direcionar os grupos, porque a gente tinha que ficar atento quanto à percepção das mulheres, de uma fala você conseguir amarrar com a ideia”* (ES7).

Outro projeto de extensão com emprego de oficinas educativas, realizado por acadêmicos dos

curso de enfermagem, serviço social e nutrição da Universidade Federal de Juiz de Fora, concluiu que essas atividades contribuíram para aumentar a criatividade, a concepção de ideias e o desenvolvimento de habilidades no decorrer de práticas em grupo³⁴. Igualmente, em nosso estudo os alunos avaliaram a contribuição das oficinas educativas à sua capacitação acadêmica da seguinte maneira:

“É bom (...) desenvolver essa habilidade de práticas em grupo” (EM4);

“Contribuição foi saber trabalhar com grupos grandes” (EM4);

“Foi trabalhar com vídeos, músicas, teatro e dinâmicas” (EM1).

Alves e colaboradores³⁵ relatam, em sua experiência de pesquisa com grupos educativos sobre violência contra mulheres, que a interação entre os participantes desses grupos foi importante, permitindo troca de experiências e crescimento profissional, preparando-os para lidar com a realidade da violência e multiplicar a cultura de paz no meio social, assim rompendo o ciclo da violência.

Considerações finais

Entre os achados deste estudo, constatou-se que, embora a violência seja tema complexo e de ocorrência mundial, a capacitação profissional para lidar com o problema ainda é falha. A maioria dos acadêmicos envolvidos no estudo, já no final da graduação, relatou que o tema não foi abordado nos cursos e considerou que tiveram oportunidade de aprender sobre violência ao participar do desenvolvimento e da aplicação do projeto de extensão.

Os entrevistados afirmaram que, apesar das dificuldades encontradas, como a conciliação dos horários das atividades na faculdade com os do projeto de extensão e a baixa adesão das mulheres da comunidade às atividades, as oficinas educativas foram extremamente positivas, pois proporcionaram aos acadêmicos maior conhecimento, influenciando criatividade e habilidade para trabalhar com situações de violência. Afirmaram que tiveram ainda oportunidade de aprender a trabalhar em grupo e a desenvolver atividades tendo como ponto básico a humanização nas relações, o que, acreditam, favorecerá a identificação e o manejo dos casos de violência.

Nesse contexto, ressalta-se a necessidade de capacitar acadêmicos e profissionais de forma

multidisciplinar para atuar no atendimento a vítimas de violência na comunidade. Para isso, é necessário que universidades revejam as estruturas curriculares de seus cursos, criando uma disciplina para transmitir o conhecimento sobre questões de gênero e discutir o tema da violência contra mulheres e outras minorias. Além disso, sugere-se que o assunto também seja abordado de forma transversal, perpassando as diversas disciplinas do currículo para reforçar conteúdos e estimular a adoção de práticas voltadas a identificar e contribuir para eliminar a violência contra mulheres.

O projeto de extensão mostrou-se importante para a formação acadêmica, pois ampliou os

horizontes dos estudantes ao proporcionar prática diante de tais situações. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para que cursos de graduação revejam as estruturas curriculares de forma a incorporar o tema “violência”, descrito na literatura como importante problema de saúde pública, que poderá ser mais bem enfrentado e resolvido mediante a disseminação do conhecimento disciplinar dos conflitos de gênero que marcam a sociedade brasileira. Nesse sentido, cabe lembrar a importância de os profissionais conhecerem os instrumentos legais e normativos que protegem as mulheres, assegurando seu direito a vida sem violência³⁶⁻³⁸.

Referências

1. Scherer ZAP, Scherer EA, Abrahão ES, Cavalin LA, Aud MF, Gaioli CLO. Grupo de estudos interdisciplinar sobre violência (Greivi): a construção de saberes e práticas. *Rev Spagesp*. [Internet]. 2008 [acesso 28 abr 2013];9(1):76-83. Disponível: <http://bit.ly/1X93CQ5>
2. Secretaria Municipal da Saúde. Documento norteador para a atenção integral às pessoas em situação de violência do município de São Paulo. [Internet]. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde; 2012. Disponível: <http://bit.ly/1XZTkjU>
3. Lucena KDT, Silva ATMC, Moraes RM, Silva CC, Bezerra IMP. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. *Cad Saúde Pública*. [Internet]. 2012 [acesso 28 abr 2013];28(6):1111-21. Disponível: <http://bit.ly/24hd6XV>
4. Ferreira FR. A prevenção da violência e promoção da cultura de paz: o papel da saúde pública [monografia]. São Paulo: FGV; 2012 [acesso 28 abr 2013]. Disponível: <http://bit.ly/1UeeWDF>
5. Brasil. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. [Internet]. Diário Oficial da União. 5 out 1988 [acesso 29 nov 2015]. Disponível: <http://bit.ly/1b1J9XW>
6. Brasil. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. Política nacional de extensão universitária. [Internet]. Manaus; 2012 [acesso 28 abr 2013]. Disponível: <http://bit.ly/1snCH5J>
7. Acioli S. A prática educativa como expressão do cuidado em saúde pública. *Rev Bras Enferm*. [Internet]. 2008 [acesso 28 abr 2013];61(1):117-21. Disponível: <http://bit.ly/1VqKOtN>
8. Silva AF. O enfoque da promoção da saúde nas atividades de extensão universitária na área da saúde [dissertação]. São Paulo: USP; 2011 [acesso 28 abr 2013]. Disponível: <http://bit.ly/1snD8Ny>
9. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [Internet]. Diário Oficial da União. Brasília; 23 dez 1996 [acesso 29 nov 2015]. Disponível: <http://bit.ly/1ldFjUb>
10. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. [Internet]. Brasília; 2001 [acesso 29 nov 2015]. Disponível: <http://bit.ly/240Zoez>
11. Universidade Estadual de Montes Claros. Projeto pedagógico do curso de graduação em enfermagem da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros: Unimontes; 2008.
12. Universidade Estadual de Montes Claros. Histórico da Universidade Estadual de Montes Claros. [Internet]. Montes Claros: Unimontes; 2013 [acesso 28 out 2013]. Disponível: <http://bit.ly/27ZjibV>
13. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2010. p. 281.
14. Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. [Internet]. Diário Oficial da União. Brasília; 13 jun 2012 [acesso 29 nov 2015]. Seção 1. Disponível: <http://bit.ly/1OYF1or>
15. Paulo RD, Paro E. Violência doméstica contra a mulher: uma visão na abordagem cognitivo-comportamental [monografia]. Várzea Grande: Instituto Educacional Mato-Grossense; 2009 [acesso 14 nov 2013]. Disponível: <http://bit.ly/1qXWJSZ>
16. Marinheiro ALV, Vieira EM, Souza L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. [Internet]. *Rev Saúde Pública*. 2006 [acesso 5 nov 2013];40(4):604-10. Disponível: <http://bit.ly/22uqNn4>
17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As cartas da promoção da saúde. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2002 [acesso 28 out 2013]. Disponível: <http://bit.ly/22uqOY4>

18. Ferreira RV. A educação como instrumento de promoção da saúde no enfrentamento da violência estrutural: uma revisão de literatura [monografia]. Recife: Fundação Oswaldo Cruz; 2011 [acesso 20 nov 2013]. Disponível: <http://bit.ly/1WtYSE3>
19. Freire P. Como trabalhar com o povo. [Internet]. 1983 [acesso 20 jan 2014]. Disponível: <http://bit.ly/1snER5g>
20. Santos ET, Lisboa TK. Um mundo sem violência contra a mulher é possível. *Extensio*. [Internet]. 2005 [acesso 16 nov 2013];2(3):1-13. Disponível: <http://bit.ly/1THtax3>
21. Elsen I, Silva AG, Próspero ENS, Silva MER, Costa MP. Ensinando e aprendendo saúde e cidadania: um relato de experiência de extensão universitária do Projeto Univali/Mulher. *Rev Contrapontos*. [Internet]. 2008 [acesso 16 nov 2013];8(1):103-10. Disponível: <http://bit.ly/22uqKYp>
22. Rosa R, Boing AF, Schraiber LB, Coelho EBS. Violência: conceito e vivência entre acadêmicos da área da saúde. *Interface Comun Saúde Educ*. [Internet]. 2010 [acesso 5 nov 2013];14(32):81-90. Disponível: <http://bit.ly/1RGh2KB>
23. Lettiere A, Nakano AMS, Rodrigues DT. Violência contra a mulher: a visibilidade do problema para um grupo de profissionais de saúde. *Rev Esc Enferm USP*. [Internet]. 2008 [acesso 20 nov 2013];42(3):467-73. Disponível: <http://bit.ly/1VqMgMH>
24. Souza ER, Ribeiro AP, Penna LHG, Ferreira AL, Santos NC, Tavares CMM. O tema violência intrafamiliar na concepção dos formadores dos profissionais de saúde. *Ciênc Saúde Coletiva*. [Internet]. 2009 [acesso 20 nov 2014];14(5):1709-19. Disponível: <http://bit.ly/1sXwn5t>
25. Nascimento EFGA, Ribeiro AP, Souza ER. Percepções e práticas dos profissionais de saúde de Angola sobre a violência contra a mulher na relação conjugal. *Cad Saúde Pública*. [Internet]. 2014 [acesso 20 nov 2014];30(6):1-10. Disponível: <http://bit.ly/1WtZc5C>
26. Brasil. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher: plano nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Brasília: SEPM; 2003 [acesso 16 nov 2013]. Disponível: <http://bit.ly/22urCML>
27. Gehlen MH, Ilha S, Walter RR, Grando MK, Colomé JS. Significados da prática educativa em unidade de desintoxicação química. *Cogitare Enferm*. [Internet]. 2013 [acesso 16 nov 2013];18(2):317-22. Disponível: <http://bit.ly/1XJN4ML>
28. Silva PLN, Oliveira EMS, Abreu GGD, Souza AAM, Oliveira RS, Rocha RG. Atendimento do enfermeiro à mulher vítima de violência doméstica. *Rev Enferm UFPE*. [Internet]. 2014 [acesso 29 nov 2014];8(6):1604-11. Disponível: <http://bit.ly/1sXsdG>
29. Moreira SNT, Galvão LLLF, Melo COM, Azevedo GD. Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde. *Rev Saúde Pública*. [Internet]. 2008 [acesso 26 out 2013];42(6):1053-9. Disponível: <http://bit.ly/1TOi7HP>
30. Vieira LB, Padoin SMM, Souza IEO, Paula CC. Perspectivas para o cuidado de enfermagem às mulheres que denunciam a violência vivida. *Esc Anna Nery Rev Enferm*. [Internet]. 2011 [acesso 26 nov 2013];15(4):678-85. Disponível: <http://bit.ly/1TS1esH>
31. Colomé ICS. Trabalho em equipe no programa saúde da família na concepção de enfermeiras [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2005 [acesso 26 nov 2013]. Disponível: <http://bit.ly/20Qwlq>
32. Guedes RN, Silva ATMC, Fonseca RMGS. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. *Esc Anna Nery Rev Enferm*. [Internet]. 2009 [acesso 6 nov 2013];13(3):625-31. Disponível: <http://bit.ly/1Pd8NLz>
33. Salcedo-Barrientos DM, Siqueira EG, Miura PO, Reis AMS, Castro LM. Prevenindo a violência intrafamiliar através da construção de novas metodologias pedagógicas: um relato de experiência. *Rev Iberoam Salud y Ciudad*. [Internet]. 2012 [acesso 14 nov 2013];1(2):199-215. Disponível: <http://bit.ly/1svudJJ>
34. Teixeira SA, Pereira APN, Rodrigues TJ, Marliere VS, Rodrigues ACP. Educação e saúde: atividade educativa na escola Augusto Gotardelo em Juiz de Fora, MG. *Rev Em Extensão*. [Internet]. 2013 [acesso 16 nov 2013];12(1):144-9. Disponível: <http://bit.ly/1XJNrai>
35. Alves JP, Figueiredo CR, Almeida SG, Leite MTS. Grupo educativo de violência contra a mulher: instituindo uma cultura de paz. *EFDportes.com*. [Internet]. 2013 [acesso 16 nov 2013];18(185):1-4. Disponível: <http://bit.ly/1THtaNH>
36. Brasil. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. [Internet]. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. [acesso 15 maio 2016.] Disponível: <http://bit.ly/1lyrVDL>
37. Organização das Nações Unidas. [Internet]. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres. ONU; 1979. [acesso 15 maio 2016]. Disponível: <http://uni.cf/1Uk4pJQ>
38. Organização das Nações Unidas. [Internet]. Declaração de Pequim adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz. ONU; 1995. [acesso 15 maio 2016]. Disponível: <http://bit.ly/1sGNOxx>

Participação dos autores

Patrick Leonardo Nogueira da Silva trabalhou na concepção do estudo, no levantamento bibliográfico, na redação do artigo e na revisão final da versão a ser publicada. Sibelle Gonçalves de Almeida e Renê Ferreira da Silva Junior trabalharam no levantamento bibliográfico e na redação do artigo. Aurelina Gomes e Martins trabalhou na orientação, na concepção do estudo e na revisão final da versão publicada. Elaine Cristina Alves Santos e Mônica Antar Gamba trabalharam na concepção do estudo, na orientação, no delineamento do marco teórico, na redação do artigo e na revisão final da versão publicada.

